

## ANEXO II

## TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2020 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SEINC

## 1. INTRODUÇÃO

**1.1** Este Termo de Referência é elaborado em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e está adequado às regras do Decreto n. 10.024, 20 de setembro de 2019, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns na administração pública federal. Observa, também, as regras do Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e, por fim, da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008.

## 2. DO OBJETO

**2.1** Formação de registro de preço para futura e eventual aquisição de **atualizações (upgrades) dos softwares de virtualização de infraestrutura de TIC, aquisição de softwares de virtualização de desktop e renovação de suporte de software de backup.**

**2.2** A tabela a seguir especifica os softwares, detalhando os quantitativos que serão atualizados, renovados e adquiridos.

Tabela 1 - Objeto			
Lote	Item	Descrição	Quantidade
01	01	Upgrade to VMware Cloud Foundation Enterprise	24
	02	Vmware Cloud Foundation Ent Production Support and Subscription (36 meses)	24
	03	VMware Horizon Enterprise Add-On (Named 10-pack)	10
	04	VMware Horizon Enterprise Add-On (CCU 10-pack)	10
	05	Consultoria, Serviços Especializados e Treinamentos (Planejamento, Instalação, Configuração e treinamento da solução VMware)	2000
Item isolado	06	Veeam Backup & Replication Enterprise Plus Production Support (36 meses)	24

## 2.3 DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO

## 2.3.1 Item 1: Upgrade to VMware Cloud Foundation Enterprise

Upgrade das licenças abaixo relacionadas para VMware Cloud Foundation Enterprise:

- vCenter Server;
- vSphere Ent Plus;
- vSAN Ent;
- NSX Ent;
- vRealize Operations Std;

### **2.3.2 Item 2: VMware Cloud Foundation Enterprise Production Support and Subscription**

Suporte, manutenção e garantia 24x7 para VMware Cloud Foundation Enterprise de no mínimo 36 meses;

### **2.3.3 Item 3: VMware Horizon Enterprise Add-On Named 10-pack Users**

Licenciamento de infraestrutura de desktop virtualizado com suporte, manutenção e garantia de no mínimo 36 meses para 10 usuários nomeados;

### **2.3.4 Item 4: VMware Horizon Enterprise Add-On Concurrent 10-pack Users**

Licenciamento de infraestrutura de desktop virtualizado com suporte, manutenção e garantia de no mínimo 36 meses para 10 usuários concorrentes;

### **2.3.5 Item 5: Consultoria, Serviços Especializados e Treinamentos (Planejamento, Instalação, Configuração e treinamento da solução VMware)**

Créditos de serviços profissionais do fabricante VMware que poderão ser utilizados, no mínimo, para planejamento, instalação, configuração e treinamento, englobando todo o portfólio VMware, com validade mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo;

### **2.3.6 Item 6: Veeam Backup & Replication Enterprise Plus Production Support (36 meses)**

Renovação do suporte, manutenção e garantia de software por 36 meses.

## **2.4 SUPORTE E GARANTIA:**

2.4.1 O item 02 e as licenças dos itens 03 e 04 deverão contemplar suporte e **garantia mínima de 36 meses**, prestados diretamente pelo fabricante VMware, inclusive permitindo a atualização para as versões mais recentes dos softwares imediatamente após seus lançamentos durante toda a vigência;



2.4.1.1 O item 06 deverá contemplar suporte e **garantia mínima de 36 meses**, prestados diretamente pelo fabricante Veeam, inclusive permitindo a atualização para as versões mais recentes dos softwares imediatamente após seus lançamentos durante toda a vigência;

2.4.2 A contratada deverá garantir, no mínimo por atendimento diretamente do fabricante, o suporte completo a todos os softwares e serviços contratados, durante toda a vigência do contrato.

2.4.3 O serviço deve dispor de Ponto Único de Contato, com características de Central de Serviços, acessível, por meio de ligação telefônica gratuita, por chat ou portal web, disponível em período integral 24x7 (24 horas por dia e 7 dias por semana).

2.4.4 O Ponto Único de Contato deve permitir a abertura e o registro de chamados e incidentes sem limite de quantidade durante a vigência do contrato.

2.4.5 No mínimo o atendimento inicial a todos os chamados deve ser em língua portuguesa do Brasil.

2.4.6 O serviço deve utilizar roteiros de atendimento pré-definidos para cada tipo de ocorrência, visando padronizar o atendimento, e proporcionar definição de metas e indicadores aceitáveis para o serviço.

2.4.7 O serviço deverá utilizar sistema informatizado para registro e acompanhamento de todo o ciclo de vida dos chamados e incidentes informados pela contratante.

2.4.8 O serviço deve ser estruturado em níveis de atendimento, para escalonamento conforme necessidade.

### 3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia vem investindo na modernização de sua infraestrutura de TIC, motivada em grande parte pela demanda crescente de seus clientes interno (servidores, requisitados e colaboradores) e externos (Candidatos e Eleitores), e de forma mais agressiva desde 2013 quando passou a investir a maior parte de seu orçamento no licenciamento de softwares para virtualização da infraestrutura do Data Center.

3.2 Como resultado destes 07 (sete) anos de investimento o TRE-RO, atualmente, possui um Data Center definido por software (SDDC - Software-Defined Data Center) estendido em 02 (dois) sites, que trabalham com 01 site único. Para tanto foi necessário o investimento no licenciamento de softwares de virtualização de hardware (SDC - Software-Defined Computing), redes (SDN - Software-Defined Network) e armazenamento (SDS - Software-Defined Storage), sistema operacional e diversos serviços disponíveis aos clientes da STIC.

3.3 Todo esse licenciamento de virtualização de computação, redes e armazenamento são da fabricante VMware®, além do software de backup da fabricante Veeam®, e possuem contratos de suporte, manutenção e garantia ativos até o final deste exercício, que garantem inclusive a atualização para novas versões disponibilizadas neste período.

3.4 Além dos softwares, a contratação dos créditos de *Professional Services VMware - PSO*, visa garantir que o TRE-RO irá extrair todos os benefícios dos softwares atualizados, considerando que esses créditos serão utilizados para os serviços de atualização e implantação dos softwares, com profissionais especializados da fabricante, e para contratação de treinamentos oficiais dos softwares.

Sem as devidas capacitações e com a execução dos serviços pela equipe do TRE-RO, corre-se o risco de subutilizar os softwares, ou ainda configurá-los errado, comprometendo sua performance.

**3.5** Os seguintes fatores motivaram essa contratação:

- a) Compatibilidade com os *softwares* atualmente em uso;
- b) Facilidade de manutenção, upgrade e integração;
- c) Manutenção dos atuais índices de produtividade;
- d) Eliminar tarefas adicionais e repetitivas, liberando a equipe de TIC para outros projetos e ou atividades.

**3.6** Esta contratação tem como meta alcançar os seguintes resultados:

- a) Assegurar a continuidade dos serviços;
- b) Possibilitar a manutenção evolutiva dos softwares;
- c) Possibilitar o acesso à equipe de especialistas nos produtos para resolução de problemas;
- d) Possibilitar o acesso a novas funcionalidades dos serviços.
- e) Garantir a manutenção de serviços implantados e em uso na instituição.

### **3.7 CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013:**

3.7.1 Conforme o Documento de Oficialização de Demanda subscrito pelo senhor Secretário da STI, a contratação foi enquadrada no conceito de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação** definida pelo Art. 2º, inciso XXVI, da Resolução CNJ n. 182/2013.

3.7.2 Referido normativo prevê que as contratações dessa natureza serão antecedidas por uma fase de planejamento (art. 6º c/c art. 12). As etapas dos estudos preliminares estão listadas no § 1º do artigo 12. Os artefatos constantes dos estudos preliminares foram juntados nos eventos 0511157, 0511158, 0511159 e 0511161.

## **4. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:**

**4.1** A contratação apresentada atua para dar cumprimento aos Objetivos Estratégicos traçados pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e das principais ações do PDTI da STI, a saber:

**a) Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020:**

Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

**b) Planejamento Estratégico do TRE-RO:**



Perspectiva: Pessoas e Recursos:

Objetivo: Aperfeiçoamento da Governança de Tecnologia da Informação.

**c) Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do TRE-RO:**

**Perspectiva:** Cliente.

**Objetivo 1:** Assegurar que os serviços de TIC sejam prestados em conformidade com os padrões pactuados com a governança corporativa do TRE-RO.

**Perspectiva:** Contribuição Corporativa.

**Objetivo 3:** Direcionar as ações internas para assegurar o alinhamento com as deliberações do Comitê Diretivo de TIC (CDTIC).

**Perspectiva:** Processos Internos.

**Objetivo 4:** Aperfeiçoar a gestão de TIC pela atuação na melhoria dos seus processos críticos..

**Perspectiva:** Recursos.

**Objetivo 8:** Assegurar que todos os processos apoiados por TIC são mantidos por uma infraestrutura adequada em segurança e disponibilidade.

**d) Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI**

Objetivo: Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.

Meta: Atingir índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC de no mínimo 99,5%.

**e) Plano de Contratações de Soluções de TIC 2020, item 2020-P03:** a contratação pleiteada neste documento encontra-se prevista no referido Plano, autorizado pela Diretoria Geral e Presidência deste TRE-RO. O Plano de Contratações reúne as características de um plano tático-operacional, na medida em que representa um desdobramento do Plano Estratégico em ações dentro do exercício financeiro, sejam elas para apoiar o alcance dos atuais objetivos estratégicos da Instituição, ou mesmo para manter padrões já atingidos, decorrentes dos planos estratégicos anteriores.

## **5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**5.1** De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 07.07.2017.

**5.2** No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

**5.3** Na mesma linha, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

**5.4** Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE-RO, na especificação dos bens adotou-se como medida sustentável a obrigação da contratada fornecer os materiais de treinamento e manuais em meio digital.

## 6. DO VALOR ESTIMADO

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

### 6.2 CRONOGRAMA DE AQUISIÇÕES

6.2.1 Para o atendimento eficaz da demanda foi dimensionado o cronograma adiante:

Tabela 3 - Cronograma de aquisições						
Lote	Item	Descrição	Quantidade	Imediata	Dez/20	Jun/21
01	01	Upgrade to VMware Cloud Foundation Enterprise	24	16	8	-
	02	VMware Cloud Foundation Enterprise Production Support and Subscription	24	16	8	-
	03	VMware Horizon Enterprise Add-On (Named 10-pack)	10	3	-	7
	04	VMware Horizon Enterprise Add-On (CCU 10-pack)	10	5	-	5
	05	Consultoria, Serviços Especializados e Treinamentos (Planejamento, Instalação, Configuração e treinamento da solução VMware)	2000	880	-	1120
Item isolado	06	Veeam Backup & Replication Enterprise Plus Production Support (36 meses)	24	16	8	-

### 6.3 ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

6.3.1 A despesa decorrente do presente Termo de Referência foi inicialmente programada no Orçamento Anual do exercício de 2020 apenas como serviço de renovação de software, ainda que a referida solicitação inicial tenha sido indeferida, houve crédito suplementar do TSE para esta

aquisição. Entretanto, nos estudos preliminares, concluiu-se que o upgrade da maioria dos softwares será mais vantajoso para a Administração, de forma que, oportunamente, será solicitada a conversão orçamentária de parte dos valores disponibilizados no orçamento de custeio para investimento.

A presente contratação seguirá o enquadramento da despesa adiante:

Tabela 4 - Enquadramento da despesa	
Item	Enquadramento Orçamentário
1, 3 e 4	<b>Categoria:</b> Ordinário <b>Agregador:</b> Reaparelhamento. <b>Despesa Agregada:</b> Aquisição de Software. <b>Plano Interno:</b> AREA AQISOF
5	<b>Categoria:</b> Ordinário <b>Agregador:</b> Operação dos Serviços de Informática <b>Despesa Agregada:</b> Serviços de Processamento de Dados <b>Plano Interno:</b> AOSI SERDAD
2 e 6	<b>Categoria:</b> Ordinário <b>Agregador:</b> Operação dos Serviços de Informática. <b>Despesa Agregada:</b> Manutenção de Software <b>Plano Interno:</b> AOSI MANSOF

6.3.2 Tratando-se de formação de registro de preços, não há necessidade de indicação da dotação orçamentária neste momento (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013).

## 7. DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

### 7.1. CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

7.1.1 Registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

7.1.2 Embora o ideal fosse a contratação integral do objeto, as **contratações parcelada** não causarão prejuízo ao atendimento da demanda registrada no DOD. Até porque a maioria os itens podem ser divididos em unidades e não há, neste momento, dotação orçamentária para a aquisição integral da solução.

7.1.3 Conforme registrado na Estratégia para Contratação o registro de preços possibilitará a contratação eventual e futura de parte das licenças e renovações. Garante, ainda que na falta de orçamento, as aquisições restantes sejam realizadas com orçamento do exercício financeiro de 2021.

7.1.4 A situação aqui descrita amolda-se à hipótese de adoção do SRP na forma do art. 3º, II, do Decreto n. 7892/2013.

## 7.2. NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

7.2.1 Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Seção de Infraestrutura e Comunicação (SEINC) manifesta-se **DESFAVORA**

**VELMENTE** à divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP). Tratando de licenciamento personalizado para o ambiente do TRE-RO, que licenciará novas funcionalidades por meio da atualização/upgrade dos softwares atualmente em uso, a participação de outros órgãos da Administração Pública **PODERÁ AUMENTAR O VALOR DAS PROPOSTAS** e assim interferir negativamente na vantajosidade buscada no certame.

## 7.3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

7.3.1 Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

7.3.2 No plano de contas deste Órgão, apenas os itens 1, 3 e 4 são classificados como “bens” (aquisição permanente de softwares que serão incorporados ao patrimônio). Sendo os itens 2 e 5, respectivamente, serviços vinculados ao suporte do item 1 e créditos de serviço para implantação/atualização dos itens 1, 3 e 4. Enquanto que o item 6, não possui vínculo com nenhum dos bens (licenças de softwares) objeto deste certame. **Contudo, justifica-se a possibilidade da utilização da ARP para o item 6**, haja vista tratar-se de “serviço de prateleira” e não aberto ou customizado, com natureza de mercadoria, conforme definição do Fisco Federal: a revenda de software não customizável (software de prateleira) e suas respectivas licenças de uso definitivas têm natureza comercial, ou seja, de venda de mercadorias (SC COSIT n. 231, 12/5/2017). Dessa forma, não se aplica a regra restritiva do § 10 do art. 22 do Decreto n. 7892/2013.

**7.3.3 JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário:** Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão das **especificações dos produtos**, bastantes usuais nos órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

7.3.4 De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.





7.3.5 De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

7.3.6 No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018 - e a Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.**

## 8. DO CERTAME LICITATÓRIO

### 8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

8.1.1 Trata-se de produtos costumeiramente oferecidos pelo mercado especializado. São comuns porque contêm especificações reconhecidas no mercado e objetivamente definidos neste termo de referência. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por lote/item na forma de fornecimento**, consoante as condições definidas neste TR e com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002.

8.1.2 Para a seleção da proposta mais vantajosa da aquisição pretendida, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

### 8.2 JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO:

8.2.1 **Do agrupamento em lote único:** Além do registrado nos estudos preliminares, item 3.1 da Estratégia da Contratação, a opção por agrupar os itens 1 a 5 está fundamentada também nas seguintes premissas:

8.2.1.1 **Gestão da contratação:** neste quesito, ainda que o fornecimento individual dos itens seja tecnicamente viável, gerencialmente é ineficiente e indiretamente antieconômico, pois aloca recursos humanos para gestão contratual que poderiam produzir outras demandas mais interessantes para a Administração, além de que pode afetar o andamento das atividades, conforme anteriormente elencado. Pretende-se, assim, evitar atraso ou ainda ausência de um dos itens que inviabilizem o conjunto da solução ora proposta.

8.2.1.2 **Garantia dos resultados:** A contratação por lote único agrega vantagens como maior nível de controle pela Administração na execução das etapas e serviços, a maior capacidade à fiscalização no acompanhamento do contrato, cumprimento de prazos e concentração da responsabilidade técnica em uma só pessoa jurídica para garantia dos resultados.

8.2.2 Por fim, deve-se destacar também a racionalidade e a economia obtida com a gestão de um único contrato. Todos esses fatores reunidos, justificam o agrupamento de acordo com a **Súmula 247 do TCU.**

### 8.3 INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:

8.3.1 Há itens de natureza divisível com valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Contudo, em função das razões expostas no subitem 8.2, é inaplicável as regras do art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, que estabelece a destinação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens/lotos compostos por bens divisíveis.

8.3.2 Por sua vez, alguns itens **do lote único poderão ter valor inferior a esse patamar**. Porém, no entendimento desta equipe de planejamento esses itens **NÃO** devem ser destinados exclusivamente à participação das ME/EPP'S, na forma prevista no art. 48, I da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 6º do Decreto n. 8.538/2015. Isso porque pelas razões expostas no subitem 8.2, os itens deverão ser adjudicados a único fornecedor, situação que se amolda à exceção disciplinada no art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 no Art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015.

8.3.3 As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

### 8.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

8.4.1 A proposta deve ser apresentada com a cotação dos preços **unitário e total para cada item, e no caso do Lote 1, também o valor total para o lote**, expresso em reais, incluídas no valor total todas as despesas diretas e indiretas relativas ao fornecimento dos produtos e serviços, aí incluídos, além de outros, impostos, taxas, despesas com pessoal, fretes e transportes, tributos.

8.4.2 A proposta, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, deverá conter indicação da MARCA, MODELO E PART NUMBER das licenças cotadas.

8.4.2.1 Os serviços de suporte, manutenção e garantia nos **itens 2, 3, 4 e 6** devem ser cotados para contemplar o prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses. Assim, ao apresentar a proposta, **a licitante declara, de forma irretratável**, que todos os *serviços de suporte, manutenção e garantia* ofertados possuem vigência mínima de 36 (trinta e seis) meses.

8.4.3 O pregoeiro pode solicitar ao licitante a **documentação técnica que comprove o atendimento de todas as especificações exigidas no edital**.

8.4.3.1. A licitante poderá enviar junto com a proposta toda a documentação técnica dos produtos (manuais de configuração, páginas de site oficial do fabricante e quaisquer outras documentações oficiais) para comprovação do atendimento das características técnicas do objeto.

8.4.4 A licitante deverá constar na lista de revendedores registrados no **Programa VMware Partner Connect** (<https://partnerlocator.vmware.com/>) com no pelo menos as **competencias de Server Virtualization, Network Virtualization, Hyper-converged Infrastructure e Desktop Virtualization**.

8.4.4.1 É facultado ao pregoeiro verificar o atendimento da exigência acima por meio de consulta ao sítio eletrônico do fabricante.

8.4.4.2 Caso a licitante não atenda ao subitem 8.4.4, deverá apresentar, em via original ou em copia autenticada, declaração da VMware comprovando que tem capacidade de avaliar, definir e operacionalizar/vender os produtos vmware especificados.

**8.4.5 DOCUMENTO COMPLEMENTAR DA PROPOSTA:** DEVERÁ A LICITANTE APRESENTAR, SOB PENA DE NÃO RECEBIMENTO DA PROPOSTA, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, ATÉ A DATA E HORA MARCADAS PARA ABERTURA DA SESSÃO, O MODELO PADRÃO DE PROPOSTA, DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO, NOS TERMOS DO ANEXO I DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

8.4.6 Serão desclassificadas as propostas em desacordo com as regras definidas nesta seção.

## **8.5 DA HABILITAÇÃO:**

**8.5.1 Habilitações jurídica, fiscal e econômica:** De acordo com as regras definidas no edital.

**8.5.2 Habilitação técnica dispensada:** Conforme descrito no item 7.3.2 deste TR, todos os itens que compõem o objeto são bens permanentes ou mercadorias de prateleira, de pronta entrega, embora haja obrigações futuras. Dessa forma, não está sendo exigida comprovação de habilitação técnica das licitantes com amparo na regra expressa do § 1º do art. 32 da Lei n. 8.666/93.

## **8.6 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA REGULAMENTADO PELO DECRETO N. 7.174, DE 12/5/2010 E DECRETO N. 8.184 DE 17/1/2014:**

8.6.1 Tratando-se de licenciamento, atualização ou suporte/garantia de software, não se aplicam direitos de preferência dos aludidos regulamentos.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1** Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

9.1.1 A adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

9.1.2 Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação.

9.1.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



**9.2** Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

**9.3** Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no **Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019**, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

**9.4** É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

**9.5** A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

**9.6** Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

## 10. DO CONTRATO

### 10.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

10.1.1 Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a compromissária da ata de registro de preços será formalmente convocada, dentro do prazo de validade, para contratar com a Administração.

10.1.2 O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa, na forma do art. 62, “caput”, e §4º da Lei n. 8.666/93, efetivando-se a relação contratual no ato da retirada da nota de empenho pela adjudicatária. **Integram o contrato substituído pela nota de empenho, todas as regras, prazos, condições e obrigações constantes do edital do certame e seus anexos, deste termo de referência e da proposta da contratada.**

10.1.3 À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil brasileiro.

10.1.4 Como condição para a emissão da nota de empenho, a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir as certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a**



**compromissária de verã regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.**

10.1.5 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

10.1.6 A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

10.1.7 - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela compromissária.

10.1.8 - O descumprimento injustificado pela compromissária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação - **situação em que os demais licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do compromissária (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93)** - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **10.2 PRAZOS DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

10.2.1 **Prazo de entrega:** 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.

I - O software, chaves de ativação, créditos de PSO e renovação de suporte/garantia deverão ser disponibilizados através dos sites My VMware ou My Veeam, conforme o fabricante do software, no qual seja possível efetuar *download* e/ou aferir os prazos de vigência do suporte/garantia.

II - As notas fiscais deverão ser entregues, em via eletrônica, no endereço de email **contratosti@tre-ro.jus.br**. Diante da total impossibilidade de envio eletrônico, poderão ser protocoladas no TRE-RO, sito à Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa União, Porto Velho/RO - CEP 76.805-901.

10.2.2 **Recebimento provisório:** A disponibilização das licenças, créditos PSO e/ou renovação do suporte, em conjunto com o recebimento das notas fiscais, configuram o recebimento provisório;

I - Constatado o fornecimento incompleto ou divergência do produto entregue, as licenças poderão ser rejeitados, no todo ou em parte.

II - Obriga-se a contratada a substituir os produtos, às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de notificação do fiscal ou gestor do contrato. Nessa situação, será reaberto novo prazo para fins de recebimento definitivo.

10.2.3 **Recebimento definitivo:** 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após comprovação de todas as especificações exigidas. O recebimento definitivo dar-se-á mediante termo circunstanciado formalizado pelo servidor ou comissão encarregada pelo recebimento.



10.2.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da utilização dos software.

### **10.3. GARANTIA E ATENDIMENTO AOS CHAMADOS TÉCNICOS:**

10.3.1 A garantia dos itens e assistência técnica, incluindo suporte técnico, é de responsabilidade do fornecedor, ainda que prestada pelo fabricante, dentro do prazo de vigência do contrato de suporte.

10.3.2 A contratada deverá fornecer recurso, disponibilizado via portal de licenciamento do próprio fabricante, que faça a validação e verificação do quantitativo de licenças e o prazo de vigência do suporte;

10.3.3 Durante o período de vigência do *suporte*, o licitante se compromete disponibilizar, via portal de licenciamento do próprio fabricante, as novas versões dos softwares e respectivas chaves de ativação, sem ônus para a contratante;

10.3.4 A abertura de chamados técnicos poderá ser realizada por meio do uso de sistema on-line (Web), telefone 0800 ou e-mail;

10.3.5 No ato de abertura do chamado técnico, deverá ser fornecido, pela contratada, um código de identificação que permita a equipe técnica da contratante obter informações do andamento do atendimento;

10.3.6 O prazo de vigência do suporte será contado a partir do ateste do recebimento definitivo na Nota Fiscal.

## **11. DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **11.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

11.1.1 Requisitar o fornecimento dos itens que integram a solução, após sua contratação.

11.1.2 Receber os produtos que integram a solução nos prazo e condições estabelecidos no subitem 10.2 deste TR.

11.1.3 Analisar, conceder ou denegar pedidos de prorrogação de prazo para entrega de bens ou execução ou de correção dos serviços.

11.1.4 Anotar em registro próprio as inconformidades e comunicar às ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam o reparo ou substituição dos bens e serviços.

11.1.5 Prestar as informações esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados e necessários à execução do objeto.

11.1.6 Iniciar e acompanhar os chamados técnicos, elaborar relatórios com as conformidades e desconformidades dos serviços prestados.





11.1.7 Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrar no processo as falhas detectadas e comunicar à contratada quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

11.1.8 Notificar a contratada para o cumprimento das obrigações assumidas, sob pena da aplicação de penalidades.

11.1.9 Adotar todas as demais medidas respaldadas pela legislação e pelas regras da contratação para garantir a plena execução do objeto do contrato e de todas as demais obrigações estabelecidas.

## 11.2 DO PAGAMENTO

11.2.1 O pagamento será realizado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, observada as seguintes regras:

11.2.1.1 As faturas originadas nas notas fiscais devem conter prazo de vencimento hábil para os procedimentos do recebimento provisório e definitivo acrescido do prazo de 10 (dez) dias para realização do pagamento.

11.2.1.2 Na ocorrência de substituições, os prazos para os pagamentos ficam automaticamente prorrogados para contemplar a fase de recebimento dos produtos substitutos. Nessa situação a contratada deverá adotar todas as medidas de sua responsabilidade para a prorrogação do prazo de vencimento da fatura.

11.2.2 Sendo identificada **cobrança indevida**, os fatos serão informados à contratada e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

**11.2.3 JUSTIFICATIVA PARA O PAGAMENTO ANTECIPADO DOS SERVIÇOS AGREGADOS DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES:** É aplicável o pagamento antecipado dos serviços porque:

I - Art. 15, inciso III, da Lei n. 8.666/93 estabelece uma regra geral para as aquisições públicas, dispondo que essas devem se submeter às condições de aquisição e pagamento semelhantes àquelas do setor privado, sendo a regra do mercado o pagamento antecipado tão logo iniciada a prestação dos serviços pela contratada;

II - Os serviços serão efetivamente prestados porque atrelados aos softwares instalados no TRE-RO, não ocorrendo, portanto, as vedações registradas no Acórdão TCU n. 2569/2018-Plenário.

11.2.4 Aos pagamentos serão realizadas as retenções legais.

11.2.5 No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho;

11.2.6 Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na

execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

11.2.7 Sendo identificada cobrança indevida **após o pagamento da fatura/nota Fiscal**, os fatos serão informados à contratada para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança, se houver ou para devolução do valor.

11.2.8 Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \underline{0,00016438}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.2.8.1 A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

### 11.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.3.1 Cumprir todas as obrigações estabelecidas neste TR, no edital, no contrato e na sua proposta.

11.3.2 Fornecer os produtos obedecendo rigorosamente os prazos, condições e especificações deste Termo de Referência.

11.3.3 Substituir, as suas expensas, os produtos recusados no prazo definido neste TR.

11.3.4 Disponibilizar, via portal de licenciamento do fabricante, acesso para validar o quantitativo de licenças e respectiva vigência do suporte, bem como para *download* dos softwares e suas chaves de ativação.

11.3.5 Possibilitar a abertura de chamados técnicos por meio do uso de sistema on-line (Web), telefone 0800 ou e-mail.





11.3.6 Responder por quaisquer compromissos assumidos junto a terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;

11.3.7 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.

11.3.8 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

11.3.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;

12.3.10 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega de qualquer produto, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos, com a devida comprovação e solicitar prorrogação do prazo original.

11.3.11 Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3.12 Cumprir todas as demais regras e condições estabelecidas por este termo, pelo edital, pelo contrato, como também todas as demais obrigações legais e regulamentares aplicáveis à execução dos serviços.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1 SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

12.1.1 Descumprir, de forma injustificada, o prazo determinado para entrega dos produtos adquiridos:

- a) até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o(s) produto(s) não recebidos;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o(s) produto(s) não recebidos;
- c) de 11 (onze) a 15 (quinze) dias de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para o(s) produto(s) não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação

12.1.2 Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:



- a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**12.2 SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução parcial ou total do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

12.2.1 Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

12.2.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total do contrato, nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

12.2.3 Suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

12.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

**12.3** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**12.4** O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

**12.5** A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia

do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**12.6** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

**12.7** As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**12.8** O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

### 13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

**13.1** A gestão do contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação, ou quem suas vezes fizer.

**13.2** A fiscalização técnica do contrato será exercida pelo titular da Seção de Infraestrutura e Comunicação, ou quem suas vezes fizer.

**13.3** A existência de fiscalização da contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da contratada por qualquer vício ou defeito presente nos bens fornecidos.

### 14. DOS ANEXOS

**14.1** Anexo I - Modelo padrão de proposta.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assistente de Gabinete**, em 26/08/2020, às 08:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Coordenador(a)**, em 26/08/2020, às 09:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **FILIPE TEIXEIRA, Chefe de Seção**, em 26/08/2020, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0555944** e o código CRC **B63AE385**.

0000066-20.2020.6.22.8000

0555944v51

Criado por 012884032305, versão 51 por 001150482305 em 26/08/2020 08:19:09.